

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

Os assentamentos de reforma agrária nos anos 2000: o caso dos assentados da Fazenda Pirituba

Luciana Henrique da Silva¹

Resumo: A chegada do Governo Lula ao poder em 2002 gerou amplas expectativas para a esquerda brasileira, o que também contagiou uma grande parcela do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entretanto, pós uma década de governos petistas pode-se constatar que os Governos Lula e Dilma não conseguiram romper com a política conservadora em relação ao campo brasileiro. Esta política tem provocado diversos reflexos: reconcentração fundiária, aumento dos preços das terras agrícolas e o avanço da disputa pelo agronegócio de terras agricultáveis para a expansão da produção de commodities, etc. Por outro lado, apresentam-se positivamente as políticas de incentivo a comercialização e a agroindústria que tem beneficiado os assentados. Deste modo nos perguntamos: quais os impactos destas políticas nos assentamentos rurais? O objetivo deste trabalho é analisar a realidade dos assentados da Fazenda Pirituba e os posicionamentos destes em relação às políticas públicas dos Governos Lula e Dilma.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; Neoliberalismo; Movimentos sociais; Assentamentos rurais

Introdução

A vitória de Lula nas eleições de 2002 geraram amplas expectativas de transformações sociais, entre elas, a realização da Reforma Agrária. Durante o primeiro governo Lula os conflitos de terra ampliaram-se devido às expectativas geradas, em relação ao II Plano Nacional de Reforma Agrária. O número de ocupações de terras se ampliou consideravelmente em 2004, atingindo o maior número de ocupações desde a Lei

¹ Bolsista FAPESP de pós-doutorado do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP.
Email: lucianahen@hotmail.com

Anti-invasão, de 2001. Entretanto, a política de criação de novos assentamentos não foi consolidada², embora o governo tenha aumentado significativamente os recursos destinados aos assentamentos já existentes.

No seu primeiro governo Lula manteve o conservadorismo da política econômica com a manutenção das metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, apesar das críticas e das rupturas que se deram no partido. Contudo, o desempenho econômico do Brasil no primeiro governo não foi satisfatório e após a crise política, com o escândalo do mensalão, acirraram-se os debates internos no partido entre a “visão neoliberal” e a “visão desenvolvimentista” (BARBOSA e SOUZA, 2010).

Em linhas gerais, alguns autores afirmam ter havido uma inflexão no governo a partir de 2006. Estas transformações seguiram algumas determinações do que se convencionou chamar de novo desenvolvimentismo, embora ao serem adotadas pelo governo tenham sofrido algumas modificações. Dentre as principais medidas adotadas destacam-se: o estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento, “a aceleração do desenvolvimento social” pelo aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo, “aumento do investimento público e recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo” (BARBOSA e SOUZA apud MORAIS E SAAD-FILHO, 2011, p. 517).

O novo-desenvolvimentismo foi sintetizado por SICSÚ, PAULA e MICHEL (2007, p. 509) em quatro teses: “(i) não há mercado forte sem Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estados fortes somente serão construídos por uma estratégia *nacional* de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas”.

Como se pode observar existem algumas peculiaridades nestas propostas, que aparentam ser opostas ao receituário neoliberal como: o fortalecimento do Estado em oposição ao Estado Mínimo e a ênfase num projeto nacional de desenvolvimento, que

² Segundo os dados disponibilizados pelo INCRA, a meta estabelecida para o ano de 2003 era de 60 mil famílias assentadas, enquanto que para os anos de 2004 e 2005 era de 115 mil famílias assentadas/ano. Contudo, apenas 68,3 mil famílias foram assentadas em 2004, ou seja, 59 % da meta estabelecida. Logo, nos dois primeiros anos do Governo Lula foram assentadas somente 32 % das famílias previstas na meta inicial.

propõe algumas políticas protecionistas, em contraposição a abertura de mercados na verdade não romperam com as políticas macroeconômicas vigentes, sendo utilizadas como complementares a estas. Este "hibridismo" foi o suficiente para que se ampliasse o debate sobre o Governo Lula entre os que ressaltam os aspectos positivo do novo-desenvolvimentismo para defender as medidas adotadas e os que ressaltam os limites da política econômica adotada com forte viés neoliberal³. Efetivamente, tais medidas promoveram certo crescimento econômico, garantido as metas e os compromissos assumidos. Um exemplo deste hibridismo foi a associação:

das desonerações fiscais com a ampliação do crédito para elevar o investimento privado de forma seletiva, medidas que são geralmente consideradas pela "visão neoliberal" como redutoras da eficiência da alocação de recursos, sendo tendencialmente desestabilizadoras e, portanto, contraproducentes. Ao mesmo tempo, o governo vem elevando significativamente o custo do trabalho desde 2004, mediante um forte crescimento real do salário mínimo, inclusive em 2008 e 2009, durante o choque mais imediato da crise internacional (MORAES e SAAD FILHO, 2011, p.519)

Para Boito Jr (2012 e 2013) embora os governos do PT não tenham rompido com o capitalismo neoliberal, têm uma política social distinta, pois "tiveram seu direito a reivindicação reconhecidos", embora não plenamente satisfeitos. Esta política teria contemplado, em certa medida, interesses das classes trabalhadores com a recuperação do emprego e o aumento do salário mínimo. O campesinato remediado que contemplaria a base assentada e agricultores familiares vinculados a CONTAG também teriam parte de seus interesses atendidos com o aumento do crédito e do mercado institucional, contudo o campesinato pobre sem terra seria um dos setores marginalizados pela frente. O autor busca com esta análise explicar a participação das classes populares na chamada frente neodesenvolvimentista, que:

... é a frente política integrada por classes e frações de classe muito heterogêneas que sustentou os governos Lula da Silva e que, agora, sustenta o governo Dilma. Essa frente representa prioritariamente os interesses de um setor importante da burguesia brasileira que é a grande burguesia interna. Essa frente contempla também, ainda que de maneira periférica e pontual, alguns interesses das classes populares – operariado urbano, baixa classe média, campesinato e a massa empobrecida pelo desemprego e pelo subemprego (BOITO, 2012)

A frente neodesenvolvimentista se contrapõe ao "campo neoliberal ortodoxo" atuando principalmente em momentos decisivos no processo político eleitoral como: as

³ Para ver as opiniões críticas sobre o novo ou neodesenvolvimentismo ver SAMPAIO JR (2012) e PINASSI (2013)

eleições e na crise do Mensalão, em 2005. Acreditamos que ela também tem se feito presente por meio de mudanças nas estratégias e focos de luta dos movimentos sociais, em especial no MST, pois embora a política neodesenvolvimentista dos governos Lula e Dilma tenham priorizado a aliança com o agronegócio, que se constituiu no principal alicerce da economia brasileira, não houve ações radicais para pressionar o Governo Federal.

Segundo os dados e posicionamento do próprio governo, a política de reforma agrária tem sido relegada em relação às políticas voltadas aos assentamentos rurais. Em 2010, o total de famílias assentadas somavam 924.263 famílias, numa área total de 85,4 milhões de ha. Em contrapartida, apenas entre 2000 e 2010, cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o campo. O Índice de Gini passou de 0,836, em 1995/96, para 0,849, em 2006, e a população rural reduziu drasticamente, de 63,8 %, em 1950, para 15,6 %, em 2010; o que demonstra o aumento da concentração fundiária (DIEESE, 2012).

Contudo, apesar de criticar os poucos números de famílias assentadas, o MST tem combinado as críticas a “paralisia da Reforma Agrária” com a ênfase nos aspectos positivos do governo como a nova postura em relação aos movimentos sociais camponeses e os avanços nas políticas voltadas aos assentamentos. De fato, houve avanços como: 1) o aumento das linhas de créditos para a agricultura familiar, como os créditos para instalação como o apoio inicial (passou de R\$ 1.350,00 para R\$3.200,00) e a aquisição de materiais de construção (passou de R\$ 3.150,00 para R\$ 15.000,00), a ampliação dos créditos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) cujo montante de recursos aplicados saltou de R\$ 3,3 bilhões, em 1999/2000, para R\$ 9 bilhões, em 2007/2008; 2) os novos programas voltados para a comercialização e garantia de preço mínimo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); 3) programas voltados ao incremento da produção como o Programa Mais Alimentos, nova modalidade do PRONAF voltados para a “modernização da infra-estrutura das unidades familiares” como a aquisição de tratores e implementos agrícolas; 4) a criação de uma nova modalidade no Programa Minha Casa Minha Vida para atender a população rural; e 5) a criação de linhas de crédito no BNDES de apoio a agroindustrialização e a comercialização como o Programa Terra Forte e o acordo de ação conjunta com a CONAB para fortalecer o comercialização institucional (MDA, 2013)

De acordo com o esboçado anteriormente parece que o movimento vem assimilando a proposta do governo de investir na organização dos assentamentos. Com o objetivo de “acumular forças” e a partir da constatação da correlação de forças desfavorável para a realização da Reforma Agrária neste governo, o MST parece estar investido menos no trabalho de base para a formação de novas ocupações e se concentrando na organização e mobilização da base acampada e assentada já existente.

A pesquisa de pós-doutoramento que estamos desenvolvendo busca verificar se a histórica relação entre PT e MST não estaria, após os sucessivos governos do PT, provocado alterações nos posicionamentos políticos e práticas do MST e verificar os impactos destas reorientações sobre as bases acampadas e assentadas. O presente trabalho tentou verificar algumas destas transformações, por meio de pesquisa de campo, realizada nas agrovilas do Projeto de Assentamento Fazenda Pirituba II, nos municípios de Itapeva e Itaberá, onde foram aplicados 32 questionários e realizadas 3 entrevistas: uma com um assentado que arrenda lote de outros assentados para o cultivo de soja, duas com dirigentes regionais do MST, um responsável pela produção e, portanto, com a organização dos assentados, e outro pela frente de massas.

Breve Histórico da Fazenda Pirituba

As disputas pelas terras da Fazenda Pirituba se iniciam na década de 1950, quando esta foi repassada ao Governo do Estado pela Companhia Agrícola e Industrial Angatuba. O governador do Estado Adhemar de Barros resolveu ceder estas terras para um engenheiro agrônomo italiano para o plantio de trigo. O objetivo do governo era formar uma colônia de italianos na região. Contudo Lino Vicenzi arrendou as terras principalmente para a pecuária. Também ocupavam as terras da fazenda 190 famílias de foreiros. Durante o governo de Carvalho Pinto por ocasião da Lei de Revisão Agrária as terras foram requeridas pelo estado que conseguiu reaver uma parte destas mediante indenização. Em 1973 iniciou-se o Projeto Pirituba I onde foram instaladas 181 famílias em lotes de 40 alqueires cada (DE PAULA, 2011)

As primeiras ocupações foram realizadas por foreiros e arrendatários da região que sabendo das irregularidades da área decidiram lutar para conquistar um lote de terra. Em março de 1985, após 11 meses de ocupação, iniciou o Projeto de Assentamento Pirituba II.

Estas ocupações marcam o surgimento do MST no Estado, embora este ainda não estivesse constituído oficialmente, já que vários assentados da Agrovila I e II ajudaram a

construir o movimento no Estado. O início das atividades organizativas sob a sigla do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se deu a partir da Agrovila III que ainda estava lutando, por meio das ocupações, para a ampliação da área do assentamento. Este grupo já estava participando da organização dos grupos que ocuparam a Área IV e Área V. Durante este período também se iniciaram as discussões sobre a produção nos assentamentos e a forma de organização por agrovilas (SILVA, 2007).

Na Fazenda Pirituba II encontram-se assentadas 378 famílias numa área correspondente a 8026,23 ha, segundo dados do SIPRA, entretanto de acordo com os dirigentes do MST que residem na região existem 360 famílias assentadas, vide tabela a seguir.

Tabela 1 – Agrovilas do PA Fazenda Pirituba II

Agrovila	Município	Famílias assentadas	Área	Área/família	Obtenção da área
Agrovila 1	Itapeva	107	2511	23,5	1984
Agrovila2	Itapeva	56	1341	23,9	1999
Agrovila 3	Itaberá	73	2142	29,3	1986
Agrovila 4	Itapeva	51	1096	21,5	1991
Agrovila 5	Itaberá	39	807	20,7	1992
Agrovila 6	Itaberá	52	126	2,4	1999

Fonte: Relação de projetos de assentamento do INCRA

Como se pode observar a maioria das famílias assentadas detém entre 20 e 29 ha, exceto os assentados na agrovila 6. Na verdade, os assentados na Agrovila 6 estão em um Projeto Emergencial, ou seja, não é um assentamento efetivamente constituído, pois só conquistaram a área da agrovila, ainda estão em processo de luta por mais área. Enquanto esperam alguns vão sendo inseridos em outras agrovilas, no caso de falecimento de titulares cuja família não tenha interesse em continuar na área. As agrovilas possuem formas organizativas distintas, em quase toda agrovila existe uma cooperativa ou associação, em algumas destas agrovilas existem mais de uma forma organizativa.

Perfil sócio-econômico dos entrevistados

As seis agrovilas foram constituídas por processos de luta distintos, entre os entrevistados muitos filhos de assentados que assumiram a administração do lote dos pais. Isto pode ser constatado pela faixa etária dos entrevistados, entre 18 a 35 anos (25%) e de

35 a 44 anos (28,1%), que nos permite constatar que nesta faixa predomina filhos de assentados. As faixas correspondentes a 45 a 59 anos (28,1 %) e de 60 anos ou mais (18,8 %) correspondem aos primeiros titulares do lote e demonstra o processo de envelhecimento do assentamento.

Apesar de não ter sido definido previamente 50% dos entrevistados era do sexo feminino e 50 % do sexo masculino o que demonstra a importância das mulheres nas decisões referentes ao lote. Em muitas ocasiões, a entrevista era realizada com a participação do casal. As mulheres também costumam se organizar em grupos formais e informais no assentamento para o cultivo de ervas medicinais, produção de remédios fitoterápicos, entre outros.

A maioria dos entrevistados 68,8 % era casada ou vivia em união estável, em relação ao nível de escolaridade 56,3 % estudaram até o ensino fundamental incompleto, 9,4% estudaram até o ensino médio incompleto e 34,4% possuem ensino médio ou técnico. Os mais jovens possuem maior nível de escolaridade o que demonstra que os filhos de assentados tiveram mais possibilidade de estudar, vários já fizeram ou estão fazendo cursos pelo PRONERA.

Durante uma conversa informal surgiram comentários como de que os mais jovens estudavam e passavam a integrar a direção regional e desconsiderar o que os mais velhos diziam. Isto demonstra, inclusive, os conflitos entre as gerações. Em outro momento, um filho que assumiu os negócios do lote afirmou ter abandonado a cooperativa por que acreditava que era melhor seguir como individual e que o pai havia permanecido como cooperado durante muitos anos, mais pelas relações de amizade do que pelas vantagens da produção cooperativa.

A maior parte dos entrevistados é do próprio estado de São Paulo 68,8 % e do estado vizinho Paraná 15,6 % e, em menor proporção, dos estados da Bahia 6,3 % e de Minas Gerais 9,4%. A maioria já trabalhava no campo ali mesmo na região: 43 % como arrendatário, parceiro ou meeiro; 18,8 % era menor de idade – ou seja, são filhos de assentados que assumiram os lotes e já auxiliavam os pais no trabalho no campo, 6,3 % eram assalariados rurais 3,1 % era pequeno proprietário, 3,1 % bóia-fria, ou seja, 75,1 % já viviam ou trabalhavam no campo.

Entretanto, a maior parte não possuía contrato de trabalho e mesmo aqueles que tinham algum tipo de contrato não possuíam segurança na renovação destes. Muitas vezes ao final do contrato o proprietário se recusava a renovar e as famílias precisavam procurar

novas terras para trabalhar. Este foi um dos motivos que levaram as famílias a ocuparem as terras da Fazenda Pirituba.

A decisão de ingressar em uma ocupação de terra foi motivada para 65,6 % pelo desejo de ter o próprio pedaço de terra, 12,5 % buscavam a melhoria das condições de vida e independência. O sonho de retornar ao campo motivou 6,3 %, o desemprego, o endividamento e a militância política corresponderam a 3,1 % dos casos. Neste último caso a opção da vinda para o acampamento foi oriunda de uma decisão política de deixar a atuação no movimento sem teto para vir fazer a integração campo-cidade, organizar o povo trazer a experiência da cidade para o campo e do campo para a cidade, se identificou com a luta pela terra e se reconheceu como sem terra. A articulação se deu a partir da atuação na Igreja e no Partido dos Trabalhadores.

Houve um grande número de assentados que participou apenas de uma ocupação, cerca de 34,4 %, principalmente integrantes da Agrovila 1 e 2, isto ocorreu pelo fato de a área já ter sido ocupada anteriormente e pelo fato de que o Governo Estadual interveio rapidamente para a solução do conflito, como vimos anteriormente. Por outro lado, as demais agrovilas passaram por um número maior de ocupações, o que explica que 34,4 % tenham participado de quatro a dez ocupações e 6,3 % de duas a três ocupações e 25 % de mais de onze ocupações. As famílias assentadas na Agrovila III permaneceram na luta pela terra por dez anos em busca da ampliação do assentamento, já as famílias residentes na Agrovila VI estão há dezesseis anos esperando a definição dos seus lotes. Por outro lado, os militantes que foram entrevistados também passaram por um número maior de ocupações.

O tempo de acampamento varia bastante e também tem relação com os processos distintos de constituição das Agrovilas, cerca de 37,5 % permaneceu menos de um ano assentados, enquanto 25 % permaneceu entre um e dois anos acampado, 18,8 % entre três e cinco anos e 17,2% ficou há mais de nove anos acampado.

Por outro lado, trata-se de um dos assentamentos mais antigos do Estado, portanto a 59,4 % dos entrevistados afirmou está assentado há mais de 20 anos, 15,6% entre 16 e 20 anos, 18,8 % entre 11 e 15 anos e apenas 3,1 % de 6 a 10 anos. Esta informação é importante porque nos permitiu averiguar a percepção dos entrevistados em relação a um período mais longo, ou seja, distinguir com mais acuidade as diferenças entre os Governos FHC e Governos do PT.

Em relação a renda mensal familiar 46,9 % responderam ter renda entre dois e três salários mínimos, ou seja, entre R\$ 1.243,00 a R\$ 1.866,00; 28,1 % tem renda de até um salário mínimo ou até R\$ 622,00; 15,6 % possui renda familiar inferior a um salário mínimo, enquanto que 9,4 % possuem renda de mais de 4 até 5 salários mínimos (entre R\$ 2.489,00 a R\$ 3.110,00).

Tabela 3 - Renda mensal familiar (em salários mínimos)

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válido Menos que R\$ 622,00 - Menos que 1 salário mínimo	5	15,6	15,6	15,6
Até R\$ 622,00 - até 1 salário mínimo	9	28,1	28,1	43,8
De R\$ 1.243,00 até R\$ 1.866,00 - mais de 2 até 3 SM	15	46,9	46,9	90,6
De R\$ 2.489,00 a R\$ 3.110,00 - mais de 4 até 5 SM	3	9,4	9,4	100,0
Total	32	100,0	100,0	

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Perguntamos também como é composta esta renda, segundo os entrevistados é advinda de diversos rendimentos. Além do trabalho agrícola, das 32 famílias entrevistadas 10 contam com aposentadorias, 14 recebem bolsa família, 8 trabalham fora do assentamento sendo que destes 5 possuem registro em carteira, 12 famílias contam com outros membros da família trabalhando fora do assentamento. Além destes rendimentos a renda é complementada por bicos/diárias no assentamento, comércio local, prestação de serviços, etc. Como se pode observar no quadro a seguir a agricultura é apontada como a principal fonte de rendimento, seguido pelo trabalho no assentamento e as aposentadorias.

A pergunta foi de múltipla resposta com o intuito de captar todas as fontes que compunham o rendimento familiar.

Tabela 5 - Fontes do rendimento familiar

	Respostas		Percentual dos Casos
	Frequência	Percentual	
Agricultura	32	39,0%	100,0%
Produção Animal	11	13,4%	34,4%

Piscicultura	2	2,4%	6,3%
Transformação artesanal de produtos agrícolas	2	2,4%	6,3%
Diárias, bicos no assentamento	10	12,2%	31,3%
Cooperativa, associação local	4	4,9%	12,5%
Comércio local (bar, mercadinho)	4	4,9%	12,5%
Aposentadoria	10	12,2%	31,3%
Salário de Netos	1	1,2%	3,1%
Monitor de transporte escolar	1	1,2%	3,1%
Ferro velho	1	1,2%	3,1%
Prestador de serviços gerais	2	2,4%	6,3%
Atravessador	1	1,2%	3,1%
Assalariado no mercado do assentamento	1	1,2%	3,1%
Total	82	100,0%	256,3%

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Os gastos estão concentrados na própria manutenção da família: alimentação (34,9%), saúde (19%), roupas (15,9%) os investimentos no lote são responsáveis por 6,3% dos gastos familiares.

A produção no assentamento é extremamente diversificada são produzidas hortaliças (17,6%), tubérculos (14,0%), cereais (18,4%), aves (14,7%), suínos (9,6%), bovinos (7,4%) e frutas (17,6%). A produção possui como destino: a) o mercado institucional - em especial na Modalidade Doação Simultânea, responsável por 31,1% da produção comercializada - e b) os atravessadores que intermediam 27,9% da produção. A participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar é pequena correspondendo a 11,5%. Cabe destacar que os assentamentos de Itapeva são grandes produtores de grãos, em especial soja, milho e feijão que constituem a parte mais significativa da produção. Isto se deu desde o seu processo de constituição. Contudo, não dispõem de estrutura para secagem e armazenamento dos grãos.

A organização da produção é realizada pelas cooperativas locais. A regional de Itapeva foi a que melhor reproduziu no Estado de São Paulo a proposta do Sistema Cooperativista dos Assentados, foi criada a cooperativa regional, Cooperativa dos Agricultores da Região de Itapeva, COAPRI e as cooperativas nas áreas, que se integraram a Cooperativa Central dos Assentados de São Paulo, CCA-SP, e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, a ANCA. Entretanto, a maioria das cooperativas do período não existe mais com exceção para a Cooperativa Vó Aparecida, a COPAVA, da Agrovila III. O

principal motivo “da quebradeira” das cooperativas foi a crise do modelo de produção agrícola nos anos 1990, com o aumento dos insumos e a queda nos preços das commodities. A maioria dos assentados ficou endividado e não pode mais acessar créditos o que só foi resolvido no segundo mandato do Governo Lula, em 2008.

Na área IV, uma assentada relatou que participou da formação da primeira cooperativa da agrovila, a COOPANOSSA. Após o fim desta cooperativa, foram criadas outras formas organizativas das quais a entrevistada afirmou fazer parte como: a Coopplantas que conta com 32 mulheres que se organizam a partir do cultivo e preparo de fitoterápicos e a Agrovilda, uma associação fundada nos princípios da agroecologia, que tem 20 associados. Portanto, a busca da cooperação parece ser uma das características do processo de constituição destas agrovilas que permanece até hoje.

A COAPRI tem buscado incentivar a diversificação da produção e da agroecologia com o objetivo de tornar os assentados menos vulneráveis e dependentes do atual modelo de produção, para um dos dirigentes do MST na região a dependência é tão grande que alterando o contexto favorável ao agronegócio, afeta diretamente os assentados da região. Para tanto tem investido na produção de feijão, no laticínio e nos hortifrúti para atender o mercado institucional. Além de experiências como a dos Sistemas Agroflorestais e soberania energética (biogás, biodigestores, etc) em alguns lotes de assentados. Atualmente possui 200 assentados e pequenos produtores da região fornecendo produtos para o PAA e 40 para o PNAE.

Além do mais existem pelo menos dois limitantes para os mercados institucionais: 1) no caso do PAA o problema principal é o valor da cota: *“esse não é para nós. Que nem eu já comentei com você que a cota aqui é 3,5 mil ao ano. O que eu faço com 3,5 mil no ano? Não dá para pôr gasolina, carregar o celular”*, afirmou um assentado. Embora tenha sido assinalada a importância do programa para estimular a diversificação da produção e a melhoria na alimentação das famílias e pensar outras formas de comercialização, independente dos atravessadores, ampliou a organização e a renda das famílias assentadas. 2) no caso do PNAE é a restrição do mercado local cuja demanda é menor do que a capacidade de produção dos assentados. Segundo o dirigente do MST

a nossa região é produtora de comida e não consumidora de comida, e a gente percebe algumas dificuldades no sentido de, por exemplo, onde escoar essa produção. No caso de pico de produção aqui, a gente manda toneladas e toneladas para a capital, então como o programa visa uma comercialização mais

local, em pequena escala, para o nosso caso teria que ser um outro subsídio para pensar o escoamento da produção para os grandes centros

Foram ressaltadas, também, as dificuldades de infraestrutura, logística e beneficiamento dos hortifrúti. Um dos responsáveis pela COPAVA comenta: *“para a gente entrar no PNAE com hortaliça, teve que fazer um baita planejamento, muito rigoroso, tem que ter irrigação, tem que ter micro trator, então nós fomos levantando o que é que precisa para atender a uma prefeitura x. É muito mais fácil ficar nesse modelão aqui do que fazer isso”*.

As entregas para o PAA acabam cumprindo a finalidade de complementar a renda dos entrevistados, os produtos entregues são da produção do quintal o pomar e a horta que são utilizadas para consumo e venda do excedente.

Embora não tenha sido possível, por meio dos questionários, destacar o papel do arrendamento⁴ este fato foi bastante abordado nas entrevistas realizadas existe uma grande procura por terras na região para o cultivo da soja, o que tem tornado o arrendamento bastante atrativo. O arrendamento tem sido uma opção para as famílias com idade mais avançada que não dispõem de força de trabalho, como a dos filhos, e uma necessidade para os assentados que não possuem estrutura ou não querem se aventurar no mercado de *commodities*. De acordo com entrevista realizada com um assentado, que arrenda terra de outros assentados, a principal dificuldade é ter acesso aos créditos e o medo do endividamento:

é que a lavoura é uma coisa assim que mexe com o ser humano, com o psicológico do cara, o cara tem que estar preparado e a maioria dos pobres hoje em dia é assim, não quer ter dívida, quer zelar pela única coisa que tem, que acha que é o bem que tem, que é o nome, né. Um cara endividado, não tendo o nome, sendo pobre, não tem nada dele. E esse é o risco que ninguém quer correr. Para pobre que não tem, que não consegue fazer um financiamento e um seguro agrícola no banco, esse seguro agrícola e financiamento é só mais para grande produtor. Os pobres não tem esses acessos, esse tipo de acesso.

A produção de grãos no Assentamento conta principalmente com a “parceria” de lojas da região que revendem sementes, insumos e defensivos químicos. O financiamento é realizado pelo “adiantamento” do pacote para o cultivo, especialmente da soja para o mercado internacional. A loja fornece ainda a assistência técnica necessária e encaminha, conforme o caso, o defensivo a ser aplicado (fungicidas, acaricidas, etc). O produtor paga

⁴ Vale ressaltar que o arrendamento é permitido nos assentamentos estaduais vinculados ao Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), enquanto que é proibido nos assentamentos federais, ligados ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

em espécie e, na maioria dos casos, a própria loja atua como atravessador. A partir desta vinculação, as lojas passam a intervir no próprio processo produtivo. No ano passado as lojas não fizeram parceria para o plantio de feijão, alegando ser uma lavoura de risco e forneceram o “pacote” apenas para o plantio de soja. Entretanto, os custos de produção são bastante altos e para se obter uma boa renda na produção de grãos é preciso produzir além do próprio lote, portanto arrendar o lote de outros assentados. Este “cerco aos assentamentos” foi constatado no Relatório de Avaliação da Situação dos Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo (IPEA, 2013) que constatou o avanço da plantação de cana no Estado, inclusive sobre as áreas de assentamento, o que sintetiza:

A difícil convivência entre projetos que respondem por diferentes concepções de desenvolvimento – de um lado, o agronegócio centrado na produção de commodities para o mercado externo e, de outro, a reforma agrária, estratégia de combate à concentração fundiária e de reprodução do modelo agrícola familiar e de seus efeitos positivos no mundo do trabalho e na segurança alimentar – não só pode suscitar graves conflitos locais, como também se expressa, de modo mais cabal na disputa por recursos públicos e políticas de apoio às suas demandas específicas (IPEA, 2013, p.52, grifo nosso).

De fato esta convivência tem se mostrado insustentável de acordo com o próprio IPEA nos assentamentos em que houve a disputa de lotes, via arrendamento para o agronegócio da cana, se estabeleceram relações de dependência e subordinação dos assentados e critica que:

Em tais situações, portanto, o Estado acaba por atuar como mero intermediador de mão-de-obra, patrocinando uma típica relação de terceirização, em que o risco da atividade é transferido do complexo usineiro para os produtores de cana-de-açúcar e nítidas relações de trabalho são camufladas sob a forma de contratos de compra e venda de produtos agrícolas (IPEA,2013, p. 56)

Interrogado sobre os auxílios do governo como o PRONAF o assentado arrendatário ironiza: *se eu quiser emprestar 2 mil no banco, ele exige até o meu exame de paternidade. E se um fazendeiro que tem uma fazenda aí do governo e terra grilada, e pegar 2 milhões, o governo não exige nada, na hora o cara sai com o dinheiro no bolso. Sai com a conta gorda. (risadas).*

Para o dirigente do MST o PRONAF não auxilia no desenvolvimento dos assentados pois:

foi criado para quem já está avançado. A tendência que nós estamos vendo aqui nos assentamentos da Pirituba é que quem já está estruturado se estruture cada vez mais e quem não está enfim... está sendo excluído diariamente do modelo de

desenvolvimento e que não é por acaso é intencional isso a política do governo atual é desta forma, inserir uns e excluir outros...

Embora tenham sido apresentados avanços com o Governo Lula, principalmente com a renegociação do crédito dos assentados, a ampliação dos créditos do PRONAF, criação de novas linhas de crédito como o Mais Alimentos destinado a compra de máquinas e equipamentos e a abertura dos mercados institucionais para a venda da produção do assentamento, pudemos constatar que estas não tem sido suficientes para um processo de autonomia e independência dos assentados que acabam subordinados as lojas de veneno na região que representam os interesses de grandes multinacionais como a Syngenta, Monsanto e Bayer.

Perfil político-ideológico

Em relação ao perfil-político ideológico verificamos que um percentual muito pequeno possui filiação partidária correspondendo a 12,5%, dos quais 6,3% são filiados ao PT. Entretanto, existe uma forte identificação de pelo menos 31,3 % dos entrevistados com o PT. A grande maioria dos entrevistados, cerca de 87,5 %, afirma que a condição de vida dos assentados melhorou no governo Lula. Para um dos dirigentes regionais entrevistados apesar de não ter avançado nas desapropriações:

o governo focou para a produção, para o desenvolvimento local. Eu acho que nessa parte está andando as coisas. Andou no governo Lula, como eu falei todos esses 10 anos para dentro, resolvendo os nossos problemas, e acho que já resolvemos 90 por cento dos nossos problemas do assentamento. Então focou em crédito, mercado, casa, luz, se pegar esses quatro itens o governo fez.

Todos os entrevistados votaram na candidata do PT a presidência, Dilma Rousseff nas últimas eleições e 96,8 % considerou o Governo Dilma bom ou ótimo. Destes 56,3 % acreditam que ela irá melhorar a condição de vida dos assentados, principalmente porque irá seguir as políticas já implementadas pelo Governo Lula; 12,5 % acredita que não alterará as condições de vida devido a influência dos ruralistas, porque não estaria priorizado a desapropriação de novas áreas e não estaria cumprindo as promessas de campanha e 21,9 % não opinou.

Interrogados sobre a atuação do MST no governo Lula, 59,4 % acredita que o número de ocupações realizada pelo movimento diminuiu, 18,8 % que se manteve constante, 15,6% acredita que aumentou e 6,3% não opinaram.

Um dos entrevistados afirmou que a diminuição no número de famílias acampadas se deve as poucas conquistas no período e as políticas de compensação social que atinge as bases potenciais do movimento. Entre os anos de 2000 a 2012 houve apenas duas conquistas: a Fazenda Boi Gordo, em Itapetininga e a Fazenda Vitória, em Apiaí, e destacou as dificuldades enfrentadas pelos dois últimos acampamentos realizados na regional de Itapeva: o Acampamento 8 de março, de 2006 e o Acampamento 17 de abril, de 2007 que após dois anos de luta e vários despejos foram reunidos em um só e ainda esperam por uma definição da justiça.

Por outro lado disse ter percebido que a “luta pela terra não tem sido uma das principais estratégias do movimento” o que pode ser observado pela diminuição da radicalidade das ações avaliando as ações realizadas em 2012 afirma:

as companheiras não ocuparam as empresas, não destruíram nenhum viveiro de mudas, enfim foram para a praça, fizeram marcha. E no 17 de abril foi mais ou menos nesse sentido, a opção foi não fazer o enfrentamento ao latifúndio, ao agronegócio, mas sim de fazer lutas que denunciasses, que tentassem trazer o debate de outra forma. E, de certa forma, como o governo tinha sinalizado que receberia o movimento, isso caminhou para um processo de não fazer o enfrentamento, mas sim de optar pela negociação

Para o dirigente o fato de o governo ter priorizado o agronegócio impede que haja avanços e influencia diretamente na definição de lutas e formas de luta do movimento: “a gente olha para os assentamentos e vê que não estão desenvolvidos e a gente olha para os acampamentos e vê que não tem conquista de terras...”.

Podemos concluir que, de fato, os assentados da Fazenda Pirituba tiveram alguns avanços nos Governo Lula e Dilma em especial no aumento dos créditos, ampliação de novas linhas de crédito, inserção no Programa Minha Casa, Minha Vida, vinculação aos mercados institucionais, etc. Contudo, estes programas não tem sido suficientes para o desenvolvimento de todas as famílias assentadas o que pode ser comprovado pela quantidade de assentados que recebem recursos do Programa Bolsa Família, cerca de 1/3 dos entrevistados. Por outro lado o modelo de produção, adotado pela maioria dos produtores, os mantêm atrelados às cadeias produtivas do agronegócio, tornando-os dependentes dos pacotes necessários à produção e, posteriormente, por ocasião da venda,

gerando uma nova forma de atravessamento. Os programas do governo, embora tenham contribuído para a diversificação da produção e aumento da renda não tem sido suficientes para reverter este quadro.

Referências bibliográficas

- BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/>. Acesso em 20/05/2013.
- _____. Os tucanos e a classe média. In: Jornal Brasil de Fato, 08 de abril de 2013
- _____. Pensamento econômico e conflitos de classe. Jornal Brasil de Fato, São Paulo-SP, p. 2 - 2, 02 abr. 2013.
- DE PAULA, N. P. Experiências camponesas de produção alternativa de energia e alimentos no Assentamento Pirituba (Município Itapeva – SP). Monografia de Conclusão de Curso (Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2011.
- DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012.
- IPEA. Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: fatores de sucesso ou insucesso (Relatório de Pesquisa). Brasília, 2013.
- MDA. Programa. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>. Acesso em 20/05/2013.
- MORAIS, L., SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, vol . 31, nº 4 (124), pp . 507-527, out-dez.2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>.
- PINASSI, M. O. Neodesenvolvimentismo ou luta de classes. Revista Caros Amigos, dez. 2012. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/211-revista/edicao-189/2834-neo-desenvolvimentismo-ou-luta-de-classes>. Acesso em 20/05/2013.
- SAMPAIO JR., P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. IN: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, 2012.
- SILVA, L. H., Práticas Organizativas do MST e relações de poder em assentamentos/acampamentos do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado (Ciências Sociais), Ufscar, São Carlos, 2007.
- _____, A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil, 2012.